

À Plenária das Oposições da Apeoesp

O que esperar do governo Lula/Alckmin?

Um dos primeiros pontos que a plenária deve debater é a caracterização correta do governo Lula/Alckmin como um governo burguês apoiado pelo imperialismo e a seu serviço. A análise e a caracterização devem partir, portanto, da compreensão da conjuntura internacional, ainda que de forma sucinta.

Há um conjunto de fatores que são, ao mesmo tempo, impulsionadores e parte da crise econômica do capitalismo: a guerra na Ucrânia que completará um ano; o agravamento das tendências bélicas entre os Estados Unidos e a China; os recentes ataques de Israel à Palestina; os golpes militares nos países africanos do Sudão, Mali, Guiné-Conacré e Chade, ainda que dois tenham fracassado (Sudão e Chade); bem como o processo avançado de desindustrialização e estagnação das principais economias do globo e do agravamento da queda tendencial da taxa dos lucros monopolistas que estão na base dos conflitos mundiais, que impulsionam o esgotamento da divisão do mundo surgida no pós-Guerra; Em particular, é preciso destacar ainda a crise na Europa, que tem seus profundos efeitos no avanço das contrarreformas e da inflação em grande parte dos países, produzindo greves gerais em Inglaterra, França, Bélgica e Grécia.

Esta situação mundial deve resultar em uma tendência de baixo crescimento para a América Latina e para o Brasil. A América Latina deverá crescer 2,2%, em 2023, e 2,4%, em 2024; enquanto as perspectivas de crescimento para o Brasil são de 1,3%, para este ano, e 2%, em 2024. Após dois anos de queda, significa que a economia não se recuperará aos níveis de pré-crise de 2008. Desde então, a economia mundial se projeta em curva de desaceleração, estagnação e retrocessos, que empurra aos governos a avançarem ainda mais nos ataques contra as condições de vida das massas, para manter os lucros dos capitalistas.

Como podemos ver, com este quadro de “estagflação”, o governo Lula/Alckmin passará longe de sua tão apregoada “justiça social” da campanha eleitoral. Não será um governo que “fará o Brasil voltar a crescer e fazer o brasileiro voltar a ser feliz”, mas é a própria a conjuntura internacional que aponta que será um governo de continuidade dos planos de contrarreformas, ajustes e novas privatizações, ainda que com particularidades.

O governo Lula/Alckmin será pró-imperialista, e continuará a aplicar as medidas antinacionais e antipopulares contra o proletariado, os trabalhadores da educação e os demais oprimidos. É importante lembrar que os governos Lula e Dilma já aplicaram contrarreformas impostas pelo capital financeiro, a exemplo da Reforma da Previdência de 2003, ou dos bilionários cortes orçamentários de 2015. Além disso, os governos petistas, não só não reverteram privatizações dos governos anteriores, como fomentaram as privatizações de rodovias federais, aeroportos e de jazidas de petróleo, como o Leilão do campo de Libra, marca-

do por forte repressão aos protestos. Os petistas avançaram a desestatização, mudando apenas o nome de privatização para “concessão pública”, quando cedem por décadas o patrimônio público. Também foi nos governos petistas que se ampliaram as terceirizações nas estatais, a exemplo da Petrobras ou dos Correios. Como podemos perceber, os governos que vieram depois do golpe contra Dilma apenas impulsionaram reformas que já vinham em curso. Não houve, por parte de nenhum governo burguês, nos últimos 30 anos, uma mudança de essência no processo de desindustrialização do país, de destruição de forças produtivas, ou na política de sustento do parasitismo financeiro, por meio da Dívida Pública. O novo governo não poderá mudar as diretrizes da política imposta pelo capital financeiro internacional, embora possa conceder migalhas ou prometer reformas para desviar a luta das massas.

É preciso, por isso, uma posição clara da oposição combativa, classista, que deve lutar pela independência política dos sindicatos, e, em particular, da APEOESP, frente ao novo governo burguês: uma OPOSIÇÃO REVOLUCIONÁRIA AO GOVERNO LULA/ALCKMIN!

Quando olhamos para o estado de São Paulo, vemos como se materializou a política das contrarreformas e da destruição de direitos. Em mais de 20 anos, os governos do PSDB, sobretudo na última gestão Dória/Rossiele, impuseram à categoria de professores, e ao conjunto do funcionalismo, uma série de ataques e retrocessos, com perda da maioria dos direitos, conquistados com muita luta. O atual governo, com viés ideológico mais à direita, não mudará o essencial da política já adotada: irá aprofundá-la.

O ano de 2023 começou com lutas dos professores contratados, por conta da resolução 85/2022, que mudou as regras de classificação dos professores, e impôs uma atribuição online. O que provocou inúmeros erros na pontuação e classificação dos docentes. As diretorias de ensino, junto com as escolas, atribuíram as aulas escolhendo os professores “segundo o perfil”. O governo já aplicou para toda a rede o que já faz nas PEIs escolhe alguns professores e jogou para fora outros, negando o tempo de serviço e a experiência profissional, um verdadeiro retrocesso.

Por isso, devemos repudiar a atribuição online e exigir a luta do sindicato para impor a atribuição presencial com uma classificação por tempo de serviço, como era antes.

O novo governo ainda indicou, por exemplo, que existem 204 mil professores na rede estadual, dos quais 100 mil são de professores contratados precariamente. Como resposta a esta situação, anunciou um “novo” concurso sem data, que deve receber 15 mil professores. É certo que o governo manterá a esmagadora maioria dos contratados na mesma condição de precarização. Sequer aponta

a necessidade de estabilizar os professores contratados, que mantêm a rede funcionando. Em relação aos funcionários, anunciou cadastro emergencial para a contratação, sem perspectiva também de resolver a falta crônica de funcionários para as escolas.

A rede estadual de São Paulo, que já contou com mais de 250 mil professores, vem reduzindo o seu número, com o fechamento das salas e de turnos, mesmo antes da Pandemia. Com ela, Doria/Rossiele puderam fazer a ampliação das PEIs a toque de caixa, aproveitando-se do completo abandono da luta sindical. Assim, criaram-se escolas PEI, de um lado, esvaziadas; e, de outro, escolas regulares superlotadas. Nesse momento, por causa desta política, que deve ser mantida pelo atual governo, existem milhares de alunos fora da escola, além de professores sob a repressão dos diretores nas PEIs, e trabalhando em salas superlotadas, nas escolas regulares.

Por esta situação concreta e atual, devemos defender:

Nenhum professor desempregado: pela imediata aplicação da escala móvel das horas de trabalho sem redução dos salários; Pela defesa do Salário Mínimo Vital, calculado pelas assembleias (só para se ter uma ideia, o mínimo do DIEESE está hoje em R\$ 6.640,00, cinco vezes superior ao salário mínimo do governo); nenhum aluno fora da sala da escola, pelo fim das PEIs e reabertura das salas e turnos fechados; pelo fim do EJATEC, que é usado para destruir a EJA; pela estabilidade já de todos os professores e funcionários contratados: a trabalho igual, iguais condições salariais e trabalhistas; contra o processo de municipalização ainda em curso.

Rejeitar e combater a política jurídico-parlamentar da burocracia, e construir a luta com independência de classe baseada na democracia direta e os métodos da ação direta

Para a vanguarda que atua na luta nestes últimos anos, é possível perceber que os governos só conseguiram avançar tanto contra nossos direitos, em decorrência de uma política sindical que, aos poucos, foi distanciando-se das bases e dos métodos históricos da categoria, a qual respondeu aos ataques com força unitária e a ação coletiva de massas, a partir das greves, das ocupações e dos bloqueios de avenidas. Durante os dois anos da Pandemia, com a política burguesa do “fique em casa”, atingiu também grande parte das correntes de oposição, o sindicato e suas subsedes ficaram fechadas, enquanto o governo avançava com a reforma administrativa, com a ampliação das PEIs, com a implementação da “nova carreira” e do falacioso novo “ensino médio”. Depois destes últimos anos, os professores se encontram aos frangalhos, encravados por jornadas estafantes, e doentes. Além disso, vimos crescer as perseguições políticas contra os que se organizam e saem à luta, e até administrativas, já que, agora, o diretor da escola, sem processo algum, consegue facilmente demitir o professor categoria O, por exemplo. Nas PEIs, nem os estáveis e os efetivos escapam das avaliações que são usadas para demissão.

Qualquer grupo que se reivindique de oposição à situação a que as escolas e o trabalho docente chegaram, não pode se submeter a qualquer unidade política com a direção do sindicato, da APEOESP. A direção atual (que já é a mesma, há mais de 30 anos) está apodrecida na conciliação de classes e, cada vez que pode, e não coagida pela luta coletiva, impõe aos trabalhadores as reformas, os planos e programas dos governos, sob a justificativa de que os parlamentários e vereadores “não ouviram nossas propostas” etc. Daí que a ideia de que “todos” devem unir-se contra o governo da direita é a artimanha para se colocar hoje a ampliação da política de conciliação, de colaboração com o governo, ao qual as burocracias se subordinam politicamente. Nenhuma oposição que se diga classista, pode, na conjuntura atual, realizar uma aliança com a burocracia sindical, seja em âmbito estadual ou regional.

Partindo dessa caracterização e desses princípios, as oposições sindicais verdadeiramente classistas e combativas devem se unir em uma frente única contra a burocracia traidora em uma só chapa de oposição sindical. Devem compreender que sua tarefa é erguer a categoria, para lutar contra as investidas, tanto do Governo Lula/Alckmin, quanto de Tarcísio/Feder, defendendo a independência e democracia sindicais como fundamentais para as bases impulsionarem a luta, sob um programa próprio de reivindicações.

Nesse sentido, uma oposição combativa deve fazer todo o esforço para denunciar as manobras e as traições das direções, colocá-las contra a parede, e varrer com a burocracia sindical, que fará todo esforço para conter e isolar as lutas, e que se utilizará mais amplamente de sua política de pressão parlamentar-jurídica.

Essa Plenária deve ser construída a partir da necessidade de resgatar os sindicatos como instrumentos de frente única de todos os trabalhadores para a luta de classes, contra a colaboração e conciliação das direções, impulsionando as tendências de luta e a unidade frentista do funcionalismo contra os governos e os capitalistas, a partir dos métodos de ação direta, que incluem a defesa das assembleias de base, dos comitês de mobilização, de ações unitárias com a classe operária e outros setores de assalariados para derrubar as contrarreformas (da Previdência, trabalhista, do ensino médio), revogar as privatizações, e erguer um programa em defesa dos empregos, dos salários e dos direitos.

**NADA DE UNIDADE COM A BUROCRACIA!
CONSTRUIR A LUTA COM INDEPENDÊNCIA DE CLASSE!**

**CONSTRUIR AS LUTAS PELAS BASES COM AS ASSEMBLEIAS E COMITÊS DE LUTAS!
ORGANIZAR OS PROFESSORES PARA A LUTA UNITÁRIA NAS RUAS, COM GREVES E OCUPAÇÕES, EM UNIDADE COM O PROLETARIADO E DEMAIS EXPLORADOS!**